

DEMOCRACIA AMEAÇADA: VIOLÊNCIA SIMBÓLICA, RELAÇÕES AUTORITÁRIAS E CIDADANIA CIVIL NO BRASIL REPUBLICANO

*democracy under threat: symbolic violence, civil affairs and citizenship
authoritarian republican in brazil*

Marco Antônio de Souza⁶¹
mahistbh@hotmail.com

Jacqueline oliveira Leão⁶²
jacleao@gmail.com

Resumo: Neste estudo, a atenção especial recai sobre a violência simbólica, relacionada ao medo, presente nas relações de poder e suas manipulações. Chama a atenção a história política brasileira no período republicano, a presença constante de uma base de sustentação de diferentes formas de autoritarismo e seus congêneres, em detrimento da ausência frequente das posições democráticas que se baseiam, essencialmente, nos direitos civis. A presença da violência advinda do autoritarismo na vida política brasileira reduz a possibilidade de luta pela cidadania desde os primórdios da república. Essa situação, de certo modo crônica, revela-se crucial aos propósitos democráticos de consolidação da cidadania.

Palavras-chave: Cidades. Violência. Cidadania. Política. Democracia.

Abstract: In this article, a particular attention is drawn to the symbolic violence related to fear present in the relations of power and their manipulations. The Brazilian political history in the republican period calls some attention, the constant presence of a support base of different forms of authoritarianism, to the detriment of frequent absence of democratic positions that is essentially based in civil rights. The presence of violence arising from authoritarianism in Brazilian political life reduces the possibility for fight for citizenship since the dawn of republic. This situation, somehow chronic, proves to be crucial to democratic consolidation purposes of citizenship.

Keywords: Cities. Violence. Citizenship. Political. Democracy.

Introdução

As múltiplas faces da violência são objeto de estudos de vários campos do saber, sempre instigando pesquisadores das ciências sociais entre os quais aqueles que se

⁶¹ Historiador, Doutor em Educação pela FAE-UFMG e Pós-Doutor em Culturas Políticas na História pela FAFICH – UFMG. Artigo recebido em 17/11/2013 e aceito em 09/12/2013.

⁶² Doutora em Literatura Comparada pela FALE-UFMG e Pós-Doutora em Estudos Literários pela FALE-UFMG. Docente no Mestrado em Administração da FEAD.

dedicam à história política⁶³. Conforme registra o *Dicionário Aurélio*, são várias as acepções do vocábulo violência, compreende-se a opressão, a tirania, o constrangimento físico ou moral exercido por alguém até o próprio regime da violência – e este ganha relevância, principalmente, quando se refere ao espaço citadino contemporâneo. Nesse sentido, ao se pensar nas cidades, sobretudo, naquelas marcadas por grande índice populacional, curioso é saber que as pessoas se interagem e se comunicam o tempo todo, seja essa comunicação por meio de olhares, feições, gestos, sinais, expressões fisionômicas advindas de muitos rostos anônimos, rostos de transeuntes desconhecidos, que circulam e se misturam no vai e vem das ruas, na correria dos grandes centros, no vai e vem do silêncio incontestável, que cada um carrega em si, mas que, paradoxalmente, se comunica com os pensamentos alheios.

As cidades registram o trânsito conturbado, o trânsito com o seu barulho ensurdecedor de buzinas e de sirenes, registram a agitação daqueles que andam a pé ou motorizados, registram os retratos dos que fazem moda, exibindo na passarela das ruas as melhores grifes, aqueles que, nas avenidas movimentadas, fecham o vidro de seus carros, para não se misturarem com [e não se deixar ser vistos por] aqueles excluídos, aqueles que mendigam nos semáforos, nas portas do comércio, nas escadas das igrejas, ou simplesmente, aqueles que têm, nas calçadas, a sua moradia, aqueles que se misturam aos restos e aos ratos do espaço urbano. Tudo isso, de muitas formas, caracteriza e representa as cidades e, decorrente de tudo isso, as cidades inspiram sentimento de medo e insegurança conforme (COTTA; LEÃO, 2013). Contudo, para Bauman (2007), o sentimento de medo é conhecido do homem desde sempre, e cada época tem os seus medos e ameaças próprios. O medo de hoje vincula-se à insegurança de não se conseguir cumprir com as exigências da vida, exigências do domínio da escolha prática, pragmática, à insegurança de se viver numa sociedade sitiada pela violência. As cidades contemporâneas retratam os opostos pilares “manutenção da ordem” e “violência”, referindo-se, respectivamente, ao espaço controlado e incontrolado, à civilidade e à barbárie. Por outro lado, ao medo e à insegurança é aplicado o “dispositivo de controle”, que pressupõe restabelecer no interior do indivíduo

⁶³ Este estudo emprega o conceito de “Violência e Poder Político”, presente na obra, BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PAQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UnB, 10ª. Edição, v. 2, p. 1293-1298. Outra contribuição importante encontra-se em ARENDT, Hannah. *Sobre a Violência*, 1994.

a certeza controlada pelo exterior, pelo sistema de fora, pelo poder de monitoramento da ordem social.

O limite opressivo da segurança e o cerceamento da liberdade podem ser exemplificados, de acordo com Bauman (2007), pelas construções citadinas que deixaram para trás a arquitetura medieval, que antes procurava evitar a entrada do inimigo através, sim, de suas altas muralhas, mas, abrigando a coletividade, se assim se pode dizer, com maior segurança, menor perigo, menor risco, menor medo. A contemporaneidade inverte o papel “histórico” das arquiteturas, recolocando fronteiras, pois as cidades atuais passaram a se converter na principal fonte do perigo, da insegurança e do medo. Nesse sentido, as muralhas das atuais construções continuam estabelecendo limites, separando o estranho, evitando o inimigo, mantendo-os afastados na tentativa de proteger o entorno. Separar-se para manter a distância se converteu na estratégia usual para manter também a segurança nos grandes centros urbanos. A fronteira imposta pelos arredores cercados cria os guetos voluntários, espaços reservados e mais distantes, afastados dos grandes centros, daqueles que podem pagar pela “extraterritorialidade” dos espaços urbanos privilegiados, mas, grosso modo, esse privilégio se transforma no próprio “exílio interno”. Exilados, os guetos voluntários demarcam território, limitam fronteiras, pois a nova arquitetura obriga vigilância e isolamento, como se constituísse um mundo à parte, e à parte desse mundo estão os excluídos socialmente, estão os guetos involuntários, as pessoas à margem, muitas vezes, os nomeados por marginais. Isolados ou não dos grandes centros, os guetos, voluntários ou não, se constituíram, passando a gerar conflitos, estabelecendo diferenças, colocando em cena, sobretudo, as diversidades sociais.

Contudo, neste estudo, a atenção especial recai sobre a violência simbólica, relacionada ao medo, presente nas relações de poder e suas manipulações. Nesse sentido, chama a atenção de quem vislumbra - mesmo para aqueles que não se interessam por essa questão -, a história política brasileira no período republicano, a presença constante de uma base de sustentação de diferentes formas de autoritarismo e seus congêneres, em detrimento da ausência frequente das posições democráticas que se baseiam, essencialmente, nos direitos civis. A presença da violência advinda do autoritarismo na vida política brasileira reduz a possibilidade de luta pela cidadania desde os primórdios da república. Essa situação, de certo modo crônica, revela-se

crucial aos propósitos democráticos de consolidação da cidadania. Vale dizer que não se pretende aqui refletir sobre a noção de cidadania, o foco recai sobre os efeitos negativos da negligência coletiva em relação aos direitos civis ao longo da história republicana. Visitando a vida política brasileira a partir da república, pretende-se seguir algumas investigações realizadas por estudiosos das ciências sociais, especialmente da História, que rastrearam certas tendências políticas da sociedade⁶⁴. Há também a preocupação de desmontar uma antiga lógica que procura explicar a violência autoritária meramente por seu caráter repressivo quando se imagina a clássica relação Estado-Sociedade. Porém, essa explicação torna-se insuficiente quando se amplia o campo de visão saindo-se do âmbito restrito dessa relação: em situações à semelhança da atual, marcadas pelo retorno ao Estado de Direito, consolidado pela Constituição de 1988 - que teoricamente garante os direitos civis -, torna-se necessário ir muito além, não satisfazendo a simples observação da estrutura jurídico-política. A violência pode se ocultar sobre o manto da legalidade, e nada foi mais legal do que o nazismo, grande mentor da violência simbólica e totalitária, como demonstrado por H. Arendt (1994).

(Des) valorização dos direitos civis

Antes de dialogar com os autores que tentaram justificar a existência de uma tendência autoritária arraigada historicamente à sociedade sob a égide da República, convém situar a concepção de cidadania civil, considerada o esteio de qualquer projeto democrático desde o século XVIII, no triunfo da Revolução Francesa (1789-1799). Carvalho (2002, p. 09), apoiando-se nas ideias de T. H. Marshall, sustenta que “Direitos Civis são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei”. Daí ser imprescindível a existência de uma justiça independente, acessível a todos e que seja capaz de julgar com critérios de eficiência. Esses direitos, por sua vez, devem se desdobrar na “(...) garantia de ir e vir, de escolher o trabalho, de manifestar o pensamento, de organizar-se, de ter respeitada a inviolabilidade do lar e da correspondência, de não ser preso a não ser pela autoridade competente e de acordo com

⁶⁴ As novas investigações a este respeito vêm recebendo importantes subsídios da História Cultural em sua linha teórico-metodológica denominada Culturas Políticas. Ver, a este propósito, SÁ MOTTA, Rodrigo Patto (Org.) *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*, 2009.

as leis, de não ser condenado sem processo legal regular”. (CARVALHO, 2002, p. 09). Esses direitos civis criados durante o processo revolucionário na França setecentista, calcados no objetivo de garantir as relações políticas entre as pessoas e entre elas e o Estado, visavam garantir o fortalecimento da sociedade civil ameaçada de longa data pelas tiranias. Assim, a “pedra de toque” desses direitos foi e é a liberdade individual, o que, de fato, corresponde a um anseio daqueles que defenderam o desenvolvimento do capitalismo. Por outro lado, é inegável que essas ideias disseminadas pela Grande Revolução Francesa, rapidamente se transformaram em bandeira dos despossuídos e, de modo geral, dos oprimidos, nos mais diversos movimentos sociais e políticos mundo afora.

Na trajetória histórica socialmente construída pelos grupos políticos atuantes na história do país sentaram-se as bases de uma sociedade desigual que acompanhou, atentamente, o desenvolvimento capitalista mundial. Na história republicana, que herdou as longas tradições políticas da colônia e do império, surgiram os elementos decisivos para a composição e avaliação do estágio atual da vida política do país. A observação atenta dessa síntese histórica projeta-se o âmago do problema da democracia no Brasil que passa pela sempre postergada discussão da valorização dos direitos civis. O primeiro elemento marcante da sociedade republicana é sua hierarquização, cujo processo histórico em sua origem foi identificado em estudos, tais como os de Roberto da Matta (1982, 1990). Corroborando com essa posição os estudos sobre patrimonialismo, salientando-se o de Simon Sachwartzman (1982), indicam uma herança política recebida dos primórdios da organização do Estado português transplantado para a colônia. Esses trabalhos têm em comum a presença de um cerne político autoritário socialmente disseminado, elaborado ao longo da história, demonstrando forte tendência à centralização do poder e fraca participação da sociedade nas decisões políticas. Isso teria acontecido na longínqua formação das relações Estado-Sociedade desde o século XII com a formação de Portugal.

Há também os que apontam para mudanças que teriam ocorrido numa bem engendrada escalada contra os projetos de implantação da democracia nos moldes liberais, nos primórdios da implantação do regime republicano. Este teria sido o resultado de um pacto entre as elites políticas, inclusive, daquelas remanescentes do império, e os militares positivistas descontentes com a monarquia. Assim, ficaram

sepultadas as iniciativas liberais e outras que acenavam para um regime de valorização da cidadania civil. Restou a tendência autoritária consubstanciada pelas oligarquias, posteriormente fortalecida durante os anos 30 e 40 nos governos chefiados por Getúlio Vargas. Neste último caso, predominam as explicações defendidas pelos autores de teses elaboradas no campo das Ciências Políticas, que em seus estudos apontam a construção de um modelo conhecido como “modernização conservadora”, ou seja, avanços geralmente econômicos e tecnológicos impostos de cima para baixo, sendo a consolidação da legislação trabalhista sua grande realização⁶⁵.

Qualquer que seja a explicação a esse respeito já foi amplamente demonstrado que durante o século passado o país esteve mergulhado em regimes autoritários de diferentes matizes políticos que discursaram à sociedade, invariavelmente, como seus salvadores. As lideranças políticas afirmavam que a sociedade estava às portas do inferno e do caos, o que exigia a intervenção vigorosa de um governo eficiente, entenda-se, autoridade exacerbada e defensora dos mais sagrados valores morais.⁶⁶ Os discursos autoritários assumiram conteúdo religioso e moral demonizando aqueles considerados os “inimigos do povo”⁶⁷. Nas últimas décadas, trabalhos que afirmaram a necessidade de se conhecer os imaginários sociais e suas representações políticas ajudaram a compreender melhor as relações entre grupos políticos e o poder político. Esses trabalhos revelam que as relações Estado-Sociedade são marcadas pela reciprocidade de ações, não havendo, *a priori*, uma relação direta de subordinação. Os grupos sociais usam, muitas vezes, a mesma linguagem do poder, se apropriando dos discursos dos líderes políticos afinando-se às suas posições.

⁶⁵ Ver as obras de CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados*, 1987 e *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, 2002. Veja-se também, MARSHAL, T. H., *Class, Citizenship and Social Development*. N. York: Anchor, 1965, JAGUARIBE, Hélio et alii. *As Repúblicas da República*, 1989 e FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: Historiografia e História*, 1991.

⁶⁶ Sobre os regimes autoritários há uma vasta bibliografia, não sendo possível listá-la aqui, entretanto, sobre o Estado Novo - 1937-1945, destacam-se LENHARO, Alcir. *A Sacralização da Política*, 1986; BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o signo da Nova Ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*, 1999 e OLIVEIRA, Lúcia Lippi, VELLOSO, Mônica Pimenta, GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: Ideologia e Poder*, 1982.

⁶⁷ Um bom exemplo de análise dessas épocas cruciais que contrapuseram posições autoritárias, fortemente antagônicas, de cunho totalitário, encontra-se em DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *O Ardil Totalitário*, 1997.

Culturas Políticas

As contribuições dos estudos da História Cultural, mais exatamente das Culturas Políticas, têm conseguido demonstrar como essas práticas e rituais políticos se desenvolvem em diferentes camadas e grupos sociais. Assim, afirmar que o Estado é autoritário significa dizer, em última análise, que os grupos autoritários emergem da sociedade, representando seu viés antidemocrático alojado em seu imaginário político. Teria um conjunto significativo das culturas políticas, historicamente desenvolvidas no Brasil republicano, tendido em seu projeto e prática política para posições autoritárias? Há boas razões para crer que sim. Tanto na historiografia considerada clássica quanto nas revisões nota-se a importância de se compreender a longa permanência do autoritarismo no país que, muitas vezes, é identificado simplesmente pelo golpismo, o que limita o campo de visão sobre esse fenômeno⁶⁸.

Certos estudos procuram investigar o comportamento político dos brasileiros utilizando metodologia de pesquisa de cunho antropológico capaz de revelar aspectos importantes desse fenômeno⁶⁹. Este é o caso da obra de Almeida (2007), que proporciona aos estudiosos da vida social, política e cultural do país, interessantes fragmentos da visão de mundo da sociedade brasileira obtidos em exaustiva pesquisa realizada nos moldes da clássica tradição antropológica.⁷⁰ Descortina-se nessa investigação um perfil conservador e autoritário da sociedade, com fraco senso de respeito à diversidade social e cultural, forte apego ao Estado, visto como demiúrgico e *benefactor*, noção deturpada do público e do privado destacando-se, além disso, o culto ao mito do “salvador da pátria” - o homem providencial. O que se depreende de todos esses sinalizadores históricos da vida política no país? Nas últimas décadas um regime democrático foi posto em andamento e esse tempo já foi suficiente para constatar a permanência de antigas vicissitudes da vida política nacional. No que concerne ao projeto de democracia implantado há, inegavelmente permanências, tanto no que diz

⁶⁸ Alguns estudos políticos recentes são cruciais para a compreensão do político e da política como é o caso de LEFORT, Claude. *Pensando o Político* – ensaios sobre democracia, revolução e liberdade, 1991 e *A Invenção Democrática*, 1987.

⁶⁹ Os estudos de SÁ MOTTA, Rodrigo Patto, especialmente, *Em Guarda Contra o “Perigo Vermelho”*: o anti-comunismo no Brasil (1917-1964), 2002, apontam importantes aspectos das culturas políticas comunista e anti-comunista.

⁷⁰ Esta obra produzida com a colaboração de Clifford Young denomina-se: *A cabeça do brasileiro*, 2007.

respeito aos resquícios do regime autoritário recente, de 1964-1985, quanto a antigas práticas antidemocráticas socialmente introjetadas nas relações sociais de longa data. Algumas dessas permanências ficam praticamente ocultas nas práticas políticas das micro-relações do cotidiano, tais como, o paternalismo, o clientelismo e, talvez, aquela que pode ser considerada a matriz do autoritarismo: o patriarcalismo. Este último fundado na transposição da sociedade portuguesa durante a colonização parece ultrapassar a barreira do tempo, embora tenha ocorrido avanço nos direitos da mulher.

Assim, quando as estruturas do poder político, ancoradas na lei, sugerem liberdade de opinião, de expressão, de organização, etc., e fica garantido, juridicamente, o Estado de direito, a avaliação aponta para a existência de uma situação paradoxal na qual os direitos civis não prevalecem nas práticas sociais. Mudando, portanto, o foco das lentes, dirigindo-as ao cotidiano da população do país, percebe-se que os direitos políticos e sociais - esses últimos ainda precários, vivendo a nostalgia da herança trabalhista dos anos 30 e 40 -, foram de algum modo, garantidos, o mesmo não se dando com os direitos civis. Para tentar enxergar em profundidade essa situação o presente estudo encontra-se limitado. Por razões óbvias a análise pormenorizada de toda literatura que trata do tema seria inviável, mesmo ficando restrita às revisões da historiografia. Contudo, pelo menos algumas das análises mais recentes, salientando-se os estudos das culturas políticas, podem ajudar a compreender certos aspectos relevantes da história política republicana. Um exemplo interessante de estudo dessa natureza acompanhou o desenrolar da cultura política comunista e de sua antagonista, a cultura política anticomunista, na longa duração, contribuindo para entender uma das fases mais dramáticas da história política do país⁷¹. No mesmo campo da história cultural, porém, em outra vertente que procura explicar certos fenômenos enfatizando a concepção da história inconsciente - também conhecida como psicossocial -, há raríssimos estudos que certamente poderiam ajudar a compreender certas manifestações políticas envolvendo grandes massas, inclusive de apoio às posições autoritárias. Contudo, as manifestações das multidões nos períodos autoritários, sob os auspícios dos órgãos de propaganda, vem sendo investigadas apresentando resultados importantes⁷².

⁷¹ SÁ MOTTA, Rodrigo Patto, op. cit. 2002.

⁷² Ver a este respeito, DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *O Ardil Totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*, 1997; GORN, Boris Berenzon. *Historia es inconsciente* (La Historia Cultural: Peter Gay e Robert Darton), 1999; GAY, Peter. *Freud para Historiadores*, 1989. Um dos estudos precursores sobre a

Considerações Finais

Entretanto, se há algo lacunar nessa trajetória de luta pela cidadania é a situação dos direitos civis. Perpassando diversos momentos históricos encontram-se evidências de uma forte resistência a esses direitos e poucos registros de manifestações de movimentos sociais nesse sentido. O direito à vida, o direito de ir e vir, igualmente os direitos de livre expressão, de ser informado e, possivelmente, o mais importante, o de ser tratado igualmente perante a lei, sempre estiveram subordinados a fatores discricionários, cuidadosamente elaborados pelos detentores do poder. Afinal, onde estaria o âmago dessa falta de visão política da importância dos direitos civis na consolidação da democracia? Em certo sentido os rituais políticos e práticas associativas podem lançar luzes sobre essa indagação. Alba Zaluar (1998), em seus estudos antropológicos junto às comunidades das favelas cariocas, sinaliza para um tipo de prática política universalizado nessas comunidades, porém, não restrito a elas, estendendo-se a outras comunidades. Trata-se de um modo específico de organizar os novos movimentos sociais que estariam vivendo uma situação de retomada do conservadorismo mesmo com os recentes movimentos de esquerda.⁷³

Concluindo, há um problema “não resolvido” na hierarquia institucional das organizações comunitárias, herdeiras das tradições da vida pública brasileira, destacando-se o clientelismo.⁷⁴ Nesse ponto, encontra-se o grande segredo da presença do autoritarismo na sociedade. Conduzida pelo mandonismo autocrático essa prática política mina qualquer iniciativa de democratizar os movimentos sociais e suas associações. Fechando o ciclo vicioso encontra-se o “modelo institucional do presidencialismo brasileiro”, que representa o fortalecimento do poder executivo com a centralização do poder nas mãos do chefe, sinais claros do autoritarismo⁷⁵.

multidão no Brasil foi realizado por CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em Cena: Propaganda Política no Vargasismo e Peronismo*, 1998.

⁷³ A autora menciona o estudo de PIERUCCI, Antônio Flávio. Cidades da Diferença. *Tempo Social*, 2(2) 1990, citado em Crime, Medo e Política, na obra, ZALUAR, Alba e ALVITO Marcos (orgs.). *Um Século de Favela*, 1998.

⁷⁴ Um excelente estudo realizado sobre o clientelismo é o de FONTES, Breno Augusto Souto-Maior. *Clientelismo Urbano e Movimento Popular: a Construção das Redes de Poder*, 1995.

⁷⁵ O dispositivo supra-constitucional denominado Medida Provisória tornou-se uma prática corriqueira do poder executivo federal, postergando sua confirmação ao legislativo que demonstra não conseguir

Após quase três décadas de democracia no país, confirmada pela nova Constituição em 1988, emendada exaustivamente, geradora de algumas novidades na edição dos Estatutos voltados para a proteção daquelas pessoas consideradas socialmente “marginalizadas” (crianças e jovens, idosos e mulheres), ainda é possível observar a insistente presença de resquícios do Regime Militar e de outros regimes autoritários precedentes. Tal herança, alvo de alguns poucos críticos sem sucesso, pode por em ação a Lei de Segurança Nacional, aplicada a casos considerados de “vandalismo”, com se viu recentemente nas manifestações de insatisfação por todo o país. As leis ordinárias parecem ser insuficientes para tratar desses casos porque eles são, na realidade, ameaças ao *status quo* e prenúncio de outras manifestações consideradas ameaçadoras aos velhos costumes políticos de base autoritária que reúnem, em certas horas, velhos antagonistas em nome da ordem pública. Nessa confusa dança política conduzida por reminiscências autoritárias, os brasileiros continuam sem cidadania civil. Alguns deles continuam sumindo misteriosamente, mesmo sob o manto da lei e da justiça. Se há pouco tempo jornalistas, professores e estudantes desapareciam nos porões da tortura, agora, trabalhadores pobres e jovens sem esperanças, que vivem nas comunidades consideradas pacificadas nas grandes cidades, desaparecem sem deixar vestígios.

Ampliar os direitos sociais pela introdução de políticas públicas compensatórias, denominadas genericamente de “bolsas”, não exclui a necessidade fundamental de ter direito à vida e de garantir a integridade física e mental das pessoas. Aí está o calcanhar de Aquiles do projeto democrático no Brasil. A ausência da cidadania civil e seu respectivo esquecimento não podem ser compensados pelo Estado de assistência cujas funções são apenas cuidar da economia e do bem estar dos cidadãos consumidores garantindo livre acesso aos mercados de bens materiais. Além disso, advertem os críticos do autoritarismo, o Estado de bem estar social pode se transformar, sob certas circunstâncias, no Estado-Guardião que se constitui na ante-sala dos totalitarismos.⁷⁶

acompanhar, em tempo hábil, a votação de projetos comuns nem as emendas constitucionais denominadas PEC's.

⁷⁶ Cf: LEFORT, Claude, op. cit., 1991.

Referências bibliográficas

ARENDDT, Hannah. *Sobre a Violência*. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

BAUMAN, Zygmunt. *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2007.

BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o signo da Nova Ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em Cena: Propaganda Política no Vargasismo e Peronismo*. Campinas: Papirus, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Os Bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COTTA, Francis Albert; LEÃO, Jacqueline Oliveira. Subjetividade, medo e sentimento de insegurança na sociedade contemporânea. In: *Cadernos Zygmunt Bauman*. Maranhão: UFMA, v. 3, n.5, p- 82-101/2013.

Da MATTA, Roberto. As Raízes da Violência no Brasil: reflexões de um antropólogo social. In: PAOLI, Maria Célia et alii. *A Violência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DA MATTTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara - Koogan, 1990.

DUTRA, Eliana Regina de. *O Ardil Totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro/ Belo Horizonte: Editora da UFRJ/Editora da UFMG, 1997.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: Historiografia e História*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FONTES, Breno Augusto Souto-Maior. Clientelismo Urbano e Movimento Popular: a Construção das Redes de Poder. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte: UFMG, julho de 1995, n. 81.

GAY, Peter. *Freud para Historiadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989

GORN, Boris Berenzon. *Historia es inconsciente* (La Historia Cultural: Peter Gay e Robert Darton): México – San Luis: El Colégio de San Luis, 1999.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JAGUARIBE, Hélio et alii. *As Repúblicas da República*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Outubro – Dezembro de 1989, n. 99.

LEFORT, Claude. *Pensando o Político – ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. 2ª edição. São Paulo: Papyrus, 1986.

MAIA, Clarissa Nunes; SÁ NETO, Flávio de; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz. *História das Prisões no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, V. I e II.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi, VELLOSO, Mônica Pimenta, GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado. *Violência e Espaço Civil*. IN: PINHEIRO, Paulo Sérgio et alii. *A Violência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *A Invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20 e 30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

RÉMOND, René (org.) *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RIBEIRO, Renato Janine. *A Sociedade Contra o Social: O alto custo da vida pública no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *Em guarda o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1919-1964)*. São Paulo/ FAPESP, 2002.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto (Org.). *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte: Argumentum Editora, 2009.

SILVA, José Luiz Werneck da (org.). *O Feixe e o Prisma: uma revisão do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991, 2 v.

ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (Orgs.). *Um Século de Favela*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.